

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONÔMICAS - ESAG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

Curso: MESTRADO ACADÊMICO EM ECONOMIA

Linha de pesquisa: Políticas Públicas

**EFEITOS MICROECONÔMICOS DAS TRANSFERÊNCIAS DE RENDA NO
DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA ANÁLISE EMPÍRICA DO BOLSA FAMÍLIA NOS
MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA**

CPF do candidato: 085.564.919-44

**Florianópolis
2025**

PROPOSTA DE PESQUISA: EFEITOS MICROECONÔMICOS DAS TRANSFERÊNCIAS DE RENDA NO DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA ANÁLISE EMPÍRICA DO BOLSA FAMÍLIA NOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA

1. INTRODUÇÃO

A pobreza é considerada um dos problemas públicos mais predominantes e disseminados no mundo (Addae-Korankye, 2019). No Brasil, essa condição é amplamente associada à desigualdade social, marcada por raízes históricas, econômicas e culturais. Nesse sentido, Barros, Henriques e Mendonça (2000) e Silva (2010) concordam ao afirmar que a extrema concentração de renda constitui o principal determinante da pobreza, ressaltando que o crescimento econômico, por si só, não é suficiente para enfrentá-la. Souza e Meirelles (2023) reforçam essa compreensão ao relacionar a pobreza a um processo histórico de exploração e marginalização. Assim, enquanto Barros, Henriques e Mendonça (2000) descrevem o Brasil como um país não pobre, mas profundamente desigual, Silva (2010) enfatiza a abrangência e complexidade da pobreza, resultante de uma concentração de renda extremamente elevada.

Nesse contexto, desde a promulgação da Constituição de 1988, observa-se a expansão das transferências diretas de renda como estratégia central para reduzir a pobreza e a desigualdade no Brasil. Esse movimento consolida-se na década de 1990, com a implementação da Lei Orgânica da Assistência Social, que institui políticas como as aposentadorias rurais e o Benefício de Prestação Continuada (Tupy; Toyoshima, 2016). No início dos anos 2000, as políticas de transferência direta de renda, especialmente o Programa Bolsa Família (PBF), passam a ocupar papel central na política social brasileira, voltadas à mitigação da pobreza. Recriado pela Lei nº 14.601/2023, o PBF consolida iniciativas anteriores e integra ações de assistência social, saúde e educação, caracterizando-se como um Programa de Transferência Condicionada (PTC), cuja lógica combina o alívio imediato da pobreza com determinadas exigências. Embora produzam resultados relevantes na redução de vulnerabilidades, os estudos indicam que seus efeitos estruturais dependem da articulação com políticas complementares.

Essa perspectiva encontra respaldo em diferentes pesquisas. Ribeiro, Shikida e Hillbrecht (2017), ao sintetizarem evidências sobre os efeitos do PBF, demonstram que o programa reduz pobreza e desigualdade, eleva o consumo das famílias e favorece a acumulação de capital humano. Além disso, apontam sua elevada capacidade de focalização,

aumento nos gastos com alimentação e impactos positivos em saúde e educação, embora os efeitos sobre o mercado de trabalho permaneçam inconclusivos. Júnior (2009), ao investigar os impactos do PBF sobre PIB *per capita* e arrecadação municipal, também identifica efeitos econômicos positivos, especialmente no setor industrial. Entretanto, Cury et al. (2010) mostram que, apesar de o PBF contribuir para a redução da desigualdade, simulações indicaram efeitos indesejáveis decorrentes não do programa em si, mas das mudanças no financiamento via reforma do PIS/COFINS entre 2003 e 2005, revelando distorções relacionadas à forma de custeio.

Ainda sobre potenciais efeitos indesejáveis, Tupy e Toyoshima (2016) destacam que programas sociais podem gerar dependência econômica em municípios de pequeno porte, cuja atividade econômica é limitada, favorecendo a formação de uma “economia sem produção”. Em contrapartida, evidências mais recentes apontam resultados predominantemente positivos. Denes, Komatsu e Menezes Filho (2018), ao analisarem indicadores econômicos e educacionais em nível municipal entre 2004 e 2010, identificaram correlações positivas entre o PBF e o PIB *per capita*, com reduções expressivas da pobreza e avanços no acesso e permanência escolar.

No contexto regional, estudos específicos sobre Santa Catarina são mais escassos, mas indicam padrões relevantes. Trombetta (2015) observa que, entre 2003 e 2013, houve redução da extrema pobreza, pobreza e trabalho infantil tanto no estado quanto no Brasil, com resultados proporcionalmente melhores em Santa Catarina. Em análise espacial, Marconato *et al.* (2015) identificam concentração de maiores valores médios do benefício no Norte e Oeste catarinense, associada às taxas de pobreza, demonstrando boa focalização. Evidências complementares são apresentadas por Zamproga *et al.* (2021), que relacionam a cobertura do PBF à melhoria de indicadores de saúde, como redução de óbitos infantis e maternos, além de ampliação do acesso à Atenção Primária. Mais recentemente, Godinho (2025) aponta forte redução da população pobre e extremamente pobre em Santa Catarina entre 2004 e 2023, além da diminuição de óbitos evitáveis de crianças menores de cinco anos, embora sem efeitos significativos em indicadores educacionais.

Outros dados reforçam a relevância do programa no estado. Informações do Observatório do Censo SUAS (2023) mostram que a proporção de beneficiários é maior em municípios de menor porte, sugerindo maior vulnerabilidade nesses locais. A média estadual (11,72%) superior à mediana (9,33%) aponta a existência de municípios com dependência

acima do padrão. Já segundo a Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (2025), em novembro de 2025 Santa Catarina registrou 558.637 beneficiários (6,82% da população estimada), com repasses que somaram R\$130.665.362,00 e benefício médio de R\$673,97 distribuídos entre 195.416 famílias.

Diante desse panorama, torna-se necessário compreender de forma mais aprofundada os impactos específicos do PBF nos municípios catarinenses. Assim, emerge a seguinte pergunta de pesquisa: qual é o impacto do PBF no desenvolvimento dos municípios de Santa Catarina? Para respondê-la, o objetivo geral consiste em analisar o impacto do PBF sobre o PIB *per capita*, emprego formal *per capita* e arrecadação municipal *per capita* nos municípios de Santa Catarina entre 2014 e 2024. Esse objetivo desdobra-se em cinco objetivos específicos: (1) apresentar o estado da arte sobre os PTC e o PBF; (2) caracterizar o contexto socioeconômico dos municípios catarinenses; (3) estimar o efeito marginal do PBF sobre PIB *per capita*, emprego formal *per capita* e arrecadação municipal *per capita*; (4) avaliar a evolução temporal dos indicadores em cada município; e (5) comparar os resultados encontrados, identificando padrões e diferenças.

A relevância desta proposta decorre da centralidade do PBF como política pública de combate à pobreza, especialmente em Santa Catarina, onde movimenta recursos significativos e atende parcela expressiva da população. Além disso, a revisão bibliográfica revela a existência de lacunas importantes sobre seus efeitos nos municípios catarinenses, reforçando a pertinência da investigação.

Da mesma forma, a proposta articula-se ao Mestrado Acadêmico em Economia, do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas, ao contribuir para a compreensão dos desafios do desenvolvimento econômico catarinense, analisando os impactos socioeconômicos de uma política pública brasileira relevante. Alinha-se diretamente à linha de pesquisa Políticas Públicas, ao investigar os impactos do PBF sobre aspectos do desenvolvimento socioeconômico nos municípios de Santa Catarina, utilizando métodos da microeconomia aplicada e fornecendo evidências empíricas que fortalecem o conhecimento acadêmico, podendo também subsidiar a formulação de políticas públicas mais eficazes, alinhando-se aos objetivos do programa de gerar conhecimento científico relevante e aplicável (ESAG, 2025).

Já meu interesse pessoal reside no fato de que minha trajetória acadêmica e profissional sempre esteve ligada ao setor público, com atuação na política há alguns anos e formação recente como Bacharel em Administração Pública, curso no qual investiguei as narrativas de políticas públicas sobre as causas da pobreza no Brasil, buscando compreender os vieses ideológicos e normativos subjacentes a elas. Essa experiência motivou-me a desenvolver esta pesquisa, com o objetivo de compreender empiricamente como as políticas redistributivas geram efeitos no desenvolvimento local. Nesse contexto, este curso representa uma grande oportunidade de aprofundar essa investigação com rigor metodológico e relevância prática, contribuindo para a formulação de políticas públicas mais eficazes e baseadas em evidências. Além disso, pretendo participar ativamente dos debates, eventos e outros estudos em andamento, colaborando para a consolidação e o crescimento deste recém-lançado programa.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA PRELIMINAR

Esta seção apresenta a fundamentação teórica preliminar desta proposta de pesquisa. Para tanto, está organizada em dois subtópicos: inicialmente, dedica-se à contextualização dos Programas de Transferência Condicionada (PTC) e, posteriormente, apresenta especificamente o Programa Bolsa Família (PBF).

2.1 Programas de Transferência Condicionada

O PBF insere-se no conjunto dos PTC que, conforme destacam Ribeiro, Shikida e Hillbrecht (2017), vêm sendo implementados nas últimas décadas em diversos países da América Latina, como Brasil, Chile, Colômbia, Equador e México, com o objetivo central de combater a pobreza. A análise histórica conduzida por Silva e Bermúdez (2014) complementa esse panorama ao mostrar que, embora os PTC tenham ganhado força na América Latina a partir da década de 1990, experiências semelhantes já integravam a agenda social de países europeus desde os anos 1930 e apareceram nos Estados Unidos a partir de 1935 com o *Social Security Act*.

Assim, observa-se que, apesar das diferenças entre contextos nacionais, a característica comum dos PTC, ressaltada por Ribeiro, Shikida e Hillbrecht (2017), é a exigência de condicionalidades, geralmente relacionadas à saúde e à educação de crianças e adolescentes, para o recebimento do benefício. Essa lógica combina efeitos imediatos de

mitigação da pobreza com a aposta em impactos de longo prazo, especialmente no que diz respeito à ruptura do ciclo de transmissão intergeracional da pobreza.

A análise de Silva e Bermúdez (2014) converge com essa perspectiva ao mostrar que a expansão latino-americana dos PTC, entre 2000 e 2010, embora significativa em termos de cobertura e recursos, permanecia insuficiente para erradicar a pobreza extrema, reforçando o papel estruturante de programas como o Bolsa Família e o *Progres*a no México. Essa compreensão é reforçada por Roque e Ferreira (2015) que, após examinarem 50 estudos em 28 países, identificaram que a centralidade das condicionalidades em saúde e educação é um elemento recorrente globalmente. Os autores apontam ainda que, embora os PTC alcancem seus objetivos de curto prazo, há dúvida quanto aos efeitos de longo prazo, sobretudo porque a renda transferida, isoladamente, não transforma estruturalmente o mercado de trabalho nem reduz o desemprego. Daí decorre, segundo os estudos analisados, a necessidade de políticas públicas complementares.

Essa discussão conecta-se aos achados de Meira *et al.* (2022). Ao analisarem 713 estudos publicados desde 1997, os autores mostram que a literatura sobre PTC se expande paralelamente à criação de novos programas, especialmente em países pobres, e que se trata de um campo multidisciplinar, com destaque para Estados Unidos, Reino Unido, Brasil, Índia, Canadá e México. A forte presença da América Latina na produção científica, com doze dos vinte trabalhos mais influentes, ajuda a reforçar o peso regional dos PTC, sendo a palavra pobreza a mais recorrente nos estudos analisados, elemento que dialoga diretamente com o foco dos demais autores.

Por fim, o panorama apresentado por Neri (2017) converge com as análises anteriores ao reforçar que os PTC, especialmente o PBF, têm gerado impactos positivos, amplos e consistentes. Seu argumento de que o Bolsa Família é o programa mais focalizado do país, com significativo multiplicador econômico e efeitos em diversas áreas, da inclusão financeira à segurança alimentar, dialoga diretamente com a literatura que destaca tanto os resultados imediatos quanto a importância de condicionalidades e políticas complementares.

2.2 Programa Bolsa Família

O PBF, instituído originalmente pela Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, convertida na Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, é atualmente regido pela Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A

norma alterou a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993) e outras leis correlatas, revogando dispositivos de legislações anteriores, e substituiu o Programa Auxílio Brasil, criado pela Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, durante o governo do presidente Jair Messias Bolsonaro, que havia modificado o PBF e ampliado benefícios às famílias em situação de vulnerabilidade social (BRASIL, 2023).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (BRASIL, 2025), o PBF é a principal política pública de transferência de renda do país, voltado às famílias em situação de pobreza e articulado a políticas de saúde, educação e assistência, para promover inclusão e superação da pobreza. Para ter direito ao programa, a renda mensal per capita da família deve ser de, no máximo, R\$ 218, e é necessário que a família esteja inscrita no Cadastro Único, com dados atualizados.

Desde sua criação, os valores e tipos de benefícios passaram por ajustes ao longo do tempo, dependendo da renda e da composição familiar. Em 2010, por exemplo, famílias extremamente pobres podiam receber entre R\$ 68,00 e R\$ 200,00, enquanto famílias pobres recebiam entre R\$ 22,00 e R\$ 132,00, conforme o número e a idade dos filhos. Ao longo dos anos, o programa passou por diversas alterações, como a inclusão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) em 2005, a criação do Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ) em 2008, o aumento do número de Benefícios Variáveis por filho em 2011 e a implantação do Benefício para Superação da Extrema Pobreza (BSP) em 2013 (Cechin; Carraro; Ribeiro; Fernandez, 2015).

O PBF consolidou diversas iniciativas anteriores de transferência de renda, como o Bolsa Alimentação, o Programa Bolsa Escola Federal e o Vale-Gás, impondo condicionalidades em saúde e educação para a realização da transferência monetária. Historicamente, essas medidas incluíam a frequência escolar mínima, o acompanhamento do calendário de vacinação, o pré-natal de gestantes e a participação no PETI para crianças e adolescentes. A fiscalização do cumprimento dessas obrigações é realizada de forma descentralizada por diversos ministérios do Governo Federal, com a supervisão dos municípios. Em caso de descumprimento, são aplicadas penalidades graduais, que vão de advertências ao cancelamento do benefício (Cavalcanti; Costa; Silva; Sampaio, 2016).

O PBF incorpora no contexto brasileiro elementos amplamente discutidos na literatura sobre os PTC. Estudos como os de Ribeiro, Shikida e Hillbrecht (2017), Silva e Bermúdez

(2014), Roque e Ferreira (2015), Meira et al. (2022) e Neri (2017) destacam que esses programas combinam condicionalidades, foco na pobreza e expansão institucional, características que também se observam no PBF.

Para esta pesquisa, é necessário ainda contextualizar o conceito de desenvolvimento local adotado. Há diversas maneiras de mensurar esse processo, mas são utilizados aqui três indicadores econômicos: PIB *per capita*, emprego formal *per capita* e arrecadação municipal *per capita*. Cada um deles captura uma dimensão específica da atividade local, como a capacidade produtiva, a inserção no mercado formal e a força fiscal dos governos municipais. Essa escolha se aproxima do que indica a literatura, segundo a qual os PTC tendem a afetar o consumo, a atividade econômica e alguns indicadores sociais ao reduzir vulnerabilidades e ampliar o acesso a bens e serviços. Assim, os três indicadores selecionados permitem observar diferentes aspectos do desenvolvimento local, coerentes com os efeitos esperados de políticas redistributivas como o PBF.

A literatura empírica mostra que o PBF produz efeitos importantes sobre distintos indicadores socioeconômicos, embora esses impactos variem entre os contextos analisados. Denes, Komatsu e Menezes Filho (2018) identificam correlações positivas entre a cobertura do programa e indicadores de produção e desempenho educacional. Júnior (2009) aponta efeitos sobre o PIB per capita e a arrecadação municipal em determinados cenários. Por outro lado, Tupy e Toyoshima (2016) observam que, em municípios pequenos e com base produtiva limitada, o aumento das transferências pode incentivar uma dinâmica econômica dependente, o que reforça a necessidade de políticas complementares. Em Santa Catarina, prevalecem estudos descritivos ou concentrados em áreas específicas, como mostram Trombetta (2015), Marconato *et al.* (2015) e Zamproga *et al.* (2021). Não foram encontradas análises econométricas abrangentes que investiguem os efeitos do programa sobre o desenvolvimento local, o que evidencia uma lacuna que esta pesquisa busca enfrentar.

Com base nesses elementos, é possível sustentar as hipóteses formuladas. A literatura indica que os PTC influenciam dimensões econômicas locais ao ampliar o consumo das famílias, melhorar as condições de vida e fortalecer a demanda por bens e serviços essenciais. Esses mecanismos ajudam a explicar possíveis impactos sobre o PIB, o emprego formal e a arrecadação municipal, já que a circulação de renda tende a dinamizar setores produtivos e aumentar a capacidade fiscal. Os estudos também mostram que tais efeitos podem variar de acordo com o porte dos municípios, devido às diferenças estruturais em suas economias. As

hipóteses apresentadas a seguir derivam diretamente dessas considerações e estabelecem a relação entre o referencial teórico e o modelo analítico proposto para esta pesquisa.

3. METODOLOGIA

Embora o Programa Bolsa Família (PBF) não tenha sido concebido para avaliação experimental, situação comum em muitas políticas públicas brasileiras, pesquisadores que buscam identificar seus efeitos devem recorrer a técnicas não experimentais de avaliação ou métodos *ex-post* (Ribeiro, Shikida e Hillbrecht, 2017). Diante disso, a pesquisa adota uma abordagem quantitativa baseada em dados secundários, utilizando um estudo comparativo com dados em painel para estimar os efeitos do PBF sobre indicadores socioeconômicos dos municípios de Santa Catarina entre 2014 e 2024, período escolhido pela disponibilidade de dados e relevância temporal.

Esta pesquisa é do tipo quantitativa que, segundo Richardson (1999), se caracteriza pelo uso de procedimentos de quantificação tanto na coleta quanto na análise dos dados, empregando técnicas estatísticas que variam de operações simples a métodos analíticos mais complexos. Quanto ao objetivo, é uma pesquisa descritiva que, a partir da observação de fenômenos, busca descrevê-los de acordo com os pressupostos estabelecidos. Para Richardson (2017, p. 6), “esse tipo de pesquisa procura descrever sistematicamente uma situação, problema, fenômeno ou programa para revelar a estrutura do comportamento de um fenômeno”.

Os dados em painel acompanham a mesma unidade de corte transversal no tempo, possuindo dimensões espaciais e temporais. O termo é utilizado de forma genérica para englobar diferentes tipos de dados desse formato, e os modelos de regressão construídos a partir deles são chamados de modelos de regressão com dados em painel. Ao permitir o estudo de observações repetidas, esses dados são adequados para analisar dinâmicas de mudança e identificar efeitos não observáveis em cortes transversais ou séries temporais isoladas (Gujarati; Porter, 2011).

Com base nesse desenho de pesquisa e levantamento bibliográfico realizado, as hipóteses desta pesquisa são: H1: municípios com maior intensidade do PBF apresentam crescimento superior do PIB *per capita*; H2: municípios com maior intensidade do PBF apresentam maior nível de emprego formal *per capita*; H3: municípios com maior intensidade do PBF apresentam maior arrecadação *per capita*; H4: os efeitos do PBF variam conforme o

porte populacional, sendo mais intensos nos municípios menores. Assim, as variáveis analisadas são: PIB *per capita*, soma de bens e serviços produzidos no município dividida pela população residente; emprego formal *per capita*, número de trabalhadores com carteira assinada dividido pela população total; arrecadação *per capita*, receitas municipais brutas divididas pela população total; e intensidade do PBF, percentual de beneficiários em relação ao total de habitantes. Todas as variáveis serão organizadas em painel com os 295 municípios de Santa Catarina entre 2014 e 2024.

A pesquisa será realizada com todos os municípios, utilizando dados agregados por município e ano, sem necessidade de amostragem. Inicialmente, será feita pesquisa bibliográfica para apresentar o estado da arte sobre Programas de Transferência Condicionada (PTC), PBF e o contexto socioeconômico dos municípios catarinenses. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica apoia-se em materiais já produzidos, especialmente livros e artigos científicos. Em seguida, serão utilizados dados secundários do VIS DATA 3 (2025), do IBGE (2025) e do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (GOV.BR, 2025), coletados via download e solicitação formal, seguidos de limpeza, padronização e consolidação em painel.

Quanto ao procedimento de análise dos dados, será empregado o método estatístico para conhecer a correlação dos objetos de estudo e fornecer uma descrição quantitativa desses. Segundo Marconi e Lakatos (2017), o método estatístico oferece uma descrição quantitativa da sociedade enquanto organização estruturada, delimitando grupos sociais, identificando características e mensurando relevância ou variações. A análise será realizada com modelos de regressão em painel, avaliando a relação entre intensidade do PBF e os indicadores, controlando por tamanho populacional. Serão realizadas análises descritivas e gráficos de evolução temporal, permitindo visualizar padrões, tendências e interpretar os resultados com base nas hipóteses, destacando os impactos observados e as diferenças entre municípios.

Entre as possibilidades da pesquisa estão a disponibilidade de bases públicas abrangentes, inclusão de todos os municípios, período de análise longo e uso de indicadores consolidados que permitem comparação direta entre municípios. Como limitações, reconhece-se que efeitos de políticas locais ou outros programas sociais podem influenciar os resultados e dificultar a identificação do efeito isolado do PBF, podendo ser consideradas outras

ferramentas metodológicas para aumentar a robustez da pesquisa e mitigar eventuais problemas de endogeneidade, caso necessário.

4. CRONOGRAMA

Etapas	Semestres			
	2026.1	2026.2	2027.1	2027.2
Revisão bibliográfica	X	X		
Coleta de dados		X	X	
Tratamento e tabulação dos dados		X	X	
Análise dos dados		X	X	
Exame de qualificação			X	
Ajustes pós-qualificação			X	
Elaboração da dissertação			X	X
Defesa da dissertação				X

5. REFERÊNCIAS

ADDAE-KORANKYE, Alex. Theories of Poverty: a critical review. **Journal Of Poverty, Investment And Development**, Acra, v. 48, p. 55-62. 2019.
<http://dx.doi.org/10.7176/JPID/48-08>

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, p. 123-142, fev. 2000. FapUNIFESP (SciELO).
<http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69092000000100009>.

BRASIL. **Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023**. Institui o Programa Bolsa Família; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de

pagamento, e a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003; e revoga dispositivos das Leis nºs 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e 14.342, de 18 de maio de 2022, e a Medida Provisória nº 1.155, de 1º de janeiro de 2023. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/Lei/L14601.htm. Acesso em: 02 nov. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Bolsa Família**. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>. Acesso em: 02 nov. 2025.

CAVALCANTI, Daniella Medeiros; COSTA, Edward Martins; SILVA, Jorge Luiz Mariano da; SAMPAIO, Raquel Menezes Bezerra. Impactos do programa Bolsa Família na renda e na oferta de trabalho das famílias pobres: uma abordagem usando o efeito quantílico de tratamento. **Economia Aplicada**, v. 20, n. 2, p. 173, 30 jun. 2016. <http://dx.doi.org/10.11606/1413-8050/ea130092>.

CECHIN, Luis Antonio; CARRARO, André; RIBEIRO, Felipe Garcia; FERNANDEZ, Rodrigo Nobre. O impacto das regras do Programa Bolsa Família sobre a fecundidade das beneficiárias. **Revista Brasileira de Economia**, v. 69, n. 3, p. 303-329, set. 2015. <http://dx.doi.org/10.5935/0034-7140.20150014>.

CURY, Samir; COELHO, Allexandro E. Mori; CALLEGARI, Isabela; PEDROZO, Euclides. **The impacts of income transfer programs on income distribution and poverty in Brazil: An integrated microsimulation and computable general equilibrium analysis**. MPIA Working Paper, n. 2010-20. PEP – Poverty and Economic Policy Research Network, nov. 2010. DOI: 10.2139/ssrn.1734788.

DENES, Guilherme; KOMATSU, Bruno Kawaoka; MENEZES FILHO, Naercio. Uma Avaliação dos Impactos Macroeconômicos e Sociais de Programas de Transferência de Renda nos Municípios Brasileiros. **Revista Brasileira de Economia**, v. 72, n. 3, p. 292-312, 2018. <http://dx.doi.org/10.5935/0034-7140.20180014>.

ESAG - Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas. **Mestrado Acadêmico Economia**. Disponível em: <https://www.udesc.br/esag/mestradoeconomia>. Acesso em: 15 nov. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODINHO, Lais dos Santos. **Bolsa Família sob a Abordagem das Capacitações: uma análise do programa em Santa Catarina (2004-2023)**. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/266379>. Acesso em: 09 nov. 2025.

GOV.BR. **Solicitar Consulta às Estatísticas da RAIS e do CAGED**. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/solicitar-consulta-as-estatisticas-da-rais-e-do-caged?utm>. Acesso em: 16 nov. 2025.

GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C.. **Econometria Básica**. 5. ed. Amgh, 2011.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/>. Acesso em: 15 nov. 2025.

JUNIOR, Paulo Henrique Landim. **Os Efeitos do Programa Bolsa Família sobre a Economia dos Municípios Brasileiros**. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Economia) - Insper, São Paulo, ago. 2009. Disponível em: <https://ipcid.org/publication/mds/33P.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2025.

MARCONATO, Marcio; BRAMBILLA, Marcos Aurélio; NASCIMENTO, Sidnei Pereira do; CAMARA, Marcia Regina Gabardo da. A focalização do Programa Bolsa Família nos municípios de Santa Catarina: uma análise espacial. **Informe GEPEC**, Toledo, v. 19, n. 1, p. 38–54, 2015. DOI: 10.48075/igepec.v19i1.11594. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/11594>. Acesso em: 9 nov. 2025.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MEIRA, Liziane Angelotti; TABAK, Benjamin Miranda; ALMEIDA, Rubiane de; FRONER, Matheus Britto; SILVA, Maria Eduarda Lima da. Programas de transferência de renda condicionada: uma revisão utilizando métodos bibliométricos. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, Curitiba, v. 13, n. 3, p. 623-652, 27 dez. 2022. <http://dx.doi.org/10.7213/revdireconsoc.v13i3.29071>.

NERI, Marcelo. Uma próxima geração de programas de transferência de renda condicionada. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 2, p. 168-181, mar. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0034-76122017-0041>.

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO, GESTÃO DA INFORMAÇÃO E CADASTRO ÚNICO. **VIS DATA 3**. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php>. Acesso em: 15 nov. 2025.

RIBEIRO, Felipe Garcia; SHIKIDA, Claudio; HILLBRECHT, Ronald Otto. Bolsa Família: um survey sobre os efeitos do programa de transferência de renda condicionada do Brasil. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 47, n. 4, p. 805-862, dez. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-416147468fcr>.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social - Métodos e Técnicas**, 4 ed. Barueri: Grupo GEN, 2017.

ROQUE, Daiane Medeiros; FERREIRA, Marco Aurélio Marques. O que realmente importa em programas de transferência condicionada de renda? Abordagens em diferentes países. **Saúde e Sociedade**, v. 24, n. 4, p. 1193-1207, dez. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902015138971>.

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Observatório do Censo SUAS**. 2023. Disponível em: <https://paineis.mds.gov.br/public/extensions/observatorio-do-censo-suas/index.html>. Acesso em: 08 nov. 2025.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; BERMÚDEZ, Mónica de Martino. Os Programas de transferência de renda condicionada (PTRC) na América Latina: caracterizando, problematizando e construindo uma proposta de estudo comparado. **Revista Políticas Públicas**, v. 18, p. 307, 5 ago. 2014. <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v18nep307-311>.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Revista Katálisis**, v. 13, n. 2, p. 155-163, 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-49802010000200002>.

SOUZA, Zilma Ribeiro de; MEIRELLES, Gisele Ávila de Leal. Pobreza e neoliberalismo em tempo de pandemia do coronavírus no Brasil. **Revista Resistência Litoral**, v. 1, n. 2, p. 1-22, 18 ago. 2023. Universidade Federal do Paraná. <http://dx.doi.org/10.5380/rrl.v1i2>.

TROMBETTA, Louise Neves. **Análise da evolução do programa bolsa família no Brasil e em Santa Catarina**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/158466>. Acesso em: 09 nov. 2025.

TUPY, Igor Santos; TOYOSHIMA, Silvia Harumi. Impactos dos programas governamentais de transferência de renda sobre a economia do Vale do Jequitinhonha. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 44, n. 3, p. 671-692, 19 abr. 2016. <http://dx.doi.org/10.61673/ren.2013.83>.

ZAMPROGNA, Katheri Maris; SOUZA, Sabrina da Silva de; SUPLICI, Samara Eliane Rabelo; CUNHA, Ana Cláudia da; LAURINDO, Dione Lucia Prim. Cobertura do Programa Bolsa Família e da Atenção Primária em Santa Catarina: análise dos indicadores de pactuação interfederativa. **Cogitare Enfermagem**, v. 26, n. p, 21 out. 2021. <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v26i0.73943>.